

gios durante períodos de internação. Conseqüente ao maior tempo de espera há o risco do agravamento das doenças dos pacientes mais pobres, provenientes do SUS, que - não tendo outra opção senão o atendimento público - são violentados a cada vez que são, sem saber, forçados a ceder sua vez a pacientes de camadas mais favorecidas da sociedade, que teriam tido condições de atendimento pela rede privada.

Com o aval dos poderes constituídos estes grupos, na maioria das vezes ligados às universidades ou “fundações”, utilizam-se de isenções fiscais e também de toda a infra-estrutura comprada com dinheiro público (estrutura predial, equipamentos, recursos humanos e insumos), “zeram” seus custos e riscos, e patrocinam uma concorrência desleal entre os setores público e privado; a partir daí tudo o que vier é lucro!!! Ai, ai... O que diria a Organização Mundial do Comércio – OMC, tão citada nos jornais de hoje? E já se fala em montar-se “metástases” deste modelo em todos os hospitais públicos, universitários ou não.

Esta outra distinção, contra o profissional do setor privado, aumenta drasticamente o já elevado “Risco Brasil”, fazendo-o disputar mercado contra serviços com preços subsidiados, o que fere as mais elementares regras do comércio, levando à progressiva destruição de seu espaço de trabalho e cria o único setor socializado dentro do país capitalista. Os defensores deste estapafúrdio modelo tiraram da cartola o “mágico” número que supostamente limitaria esta excrecência em “só 25%” do atendimento, o que

“por coincidência” é aproximadamente a parcela da população que possui assistência particular (portanto são virtualmente 100% do setor privado).

Aos profissionais que participam, muitas vezes desalentadamente, desta distorção ficam as perguntas: Não estariam sendo usados? Não estariam ajudando a destruir suas próprias possibilidades de ingressarem ou de se sustentarem na economia? Não seria um tiro no próprio pé (e no de seus colegas)?

Fiquemos atentos, pois esta matéria já está em discussão no Congresso Nacional, lutemos pelos nossos direitos Constitucionais, por uma regra única para todos no setor da saúde, antes que seja tarde demais! Lutemos pelo fim das exceções, dos privilégios disfarçados e pela manutenção do SUS dentro dos parâmetros de sua criação. É dever de todos lutar contra o uso dos bens da saúde pública para atendimento de pacientes dos planos de assistência médica, seja em serviços públicos ou em entidades beneficiadas por qualquer renúncia fiscal, pois, se nos omitirmos agora, certamente veremos no futuro próximo a derrocada da livre iniciativa na área da saúde.

Esta situação é uma discriminação com os profissionais da saúde e, sobretudo, com a cidadania. Saúde, nunca tão poucos deveram tanto a toda a população.

*Dra. Beatriz de Andrade é odontologista formada na Universidade de São Paulo*